

JORNAL DO BRASIL

06/12 às 21h16 - Atualizada em 06/12 às 21h43

O elefante na sala

Jornal do Brasil Antoninho Marmo Trevisan +A-Imprimir
PUBLICIDADE

Em outubro, conforme amplamente divulgado, a população mundial chegou à marca de 7 bilhões de pessoas. Aspecto negativo é que 1 bilhão delas, ou uma em cada grupo de sete, passa fome e mais de 6 milhões morrem por ano devido à falta de comida. A estatística dimensiona com assustadora clareza o significado da Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça, de 15 a 17 deste mês.

Apesar de prioridade absoluta, a solução do problema está muito distante, conforme se constata no conteúdo de alguns estudos, como o relatório *O estado da insegurança alimentar no mundo em 2010*, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Este relatório expõe o flagelo da inanição na África Subsaariana e no Sul da Ásia e mostra como a crise mundial e o consequente aumento dos preços reduziram o número de indivíduos com acesso a uma dieta mínima para uma vida saudável. Dados do Banco Mundial corroboram essa informação, revelando que, entre 2010 e 2011, mais de 70 milhões de pessoas começaram a viver em condições de pobreza.

Como se não bastasse, o livro *Estado do mundo 2011 - Inovações que nutrem o planeta*", recém-lançado pelo Worldwatch Institute (WWI), sediado em Washington DC, EUA, em parceria com o brasileiro Instituto Akatu, revela que o planeta desperdiça um terço dos alimentos que produz. As perdas pós-colheita nos países pobres e em desenvolvimento chegam, em alguns casos, a 50%. Na média de calorias, o valor perdido supera o total consumido.

Mais graves, ainda, são as questões políticas e os entraves na Organização Mundial do Comércio (OMC), como acaba de alertar o relator especial das Nações Unidas sobre Direito à Alimentação, Olivier De Schutter. Ele defende posições polêmicas, dentre elas tarifas alfandegárias mais altas e restrições temporárias à importação,

como forma de reabilitar a capacidade de produção local de alimentos nos países em desenvolvimento.

Há lógica nessas propostas, mas não de maneira genérica. É óbvio que uma nação africana com limitada capacidade de produção deve priorizar o abastecimento interno. O mesmo não se aplica ao Brasil, que tem as maiores áreas agricultáveis disponíveis em todo o mundo e condições de abastecer os seus 190 milhões de habitantes e gerar vultosos excedentes exportáveis.

O problema é que as normas e entraves no âmbito do comércio internacional não atendem nem à África Subsaariana nem ao Brasil e muito menos à humanidade, incluindo os pobres dos Estados Unidos e da Europa, que pagam mais caro por alguns produtos por conta de subsídios locais e do protecionismo. Por essas razões, é incontestável a ponderação de Olivier De Schutter no sentido de que as regras da OMC deveriam basear-se no direito humano à alimentação adequada, e não o contrário.

A segurança alimentar, como bem definiu o especialista, é o elefante na sala. Remover o paquiderme num cenário de população crescente, produção menor, preços mais altos e idiosincrasias comerciais é o desafio para a conferência de dezembro em Genebra. Tarefa árdua, mas imprescindível.

Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Escola de Negócios, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República